



ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019





RICARDO NASSER SEFER

Procurador-Geral do Estado

ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativo

ROLAND RAAD MASSOUD

Corregedor-Geral

Procuradoria-Geral do Estado do Pará - Rua dos Tamoios, 1671
CEP: 66.025-540 - Batista Campos - Belém
e-mail: chefiagab@pge.pa.gov.br.
Fone: (91) 3344-2700

ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Responsável:
Iêda Andrade Fernandes – Coordenadora do Núcleo de Planejamento

P964r Procuradoria-Geral do Estado do Pará

Relatório de Gestão da Procuradoria-Geral do Estado /
Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Belém, 2020.

21 p.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO. 2. RELATÓRIO. 3. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO. 4. PGE I. TÍTULO.

CDD: 342.07



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 PPA 2016-2019	6
1.1 CONTEXTO GERAL	6
1.2 CONTEXTO ORGANIZACIONAL	7
2 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2019	9
2.1 PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS	9
2.1.1 Objetivo Fortalecer a Gestão de Pessoas	10
2.1.2 Objetivo Fortalecer a Governança	11
2.1.3 Objetivo Promover a Integração da Gestão Regionalizada	13
2.2 PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO	14
2.2.1 Objetivo Gestão Administrativa	15
2.2.2 Objetivo Abastecimento de Unidades Móveis	18
2.2.3 Objetivo Recursos Humanos	18
2.2.4 Objetivo Auxílio Alimentação	19
2.2.5 Objetivo Auxílio Transporte	19
3 ESBOÇO DAS METAS 2020	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21



APRESENTAÇÃO

“*Res publica*” é uma expressão latina que significa coisa do povo ou coisa pública, cunhada pelo orador romano Cícero entre os anos 54 e 51 antes de Cristo para nominar aquilo que pertence à comunidade. Com o tempo, deu origem ao conceito de república e passou a significar uma forma de governo adotada em diversos países.

No modelo republicano, a análise dos gastos públicos permite acompanhar a implementação de políticas desenvolvidas em benefício da sociedade. Para cumprir esse dever, e garantir a materialização do princípio da Supremacia do Interesse Público Sobre o Privado, os entes públicos devem aprimorar mecanismos de transparência, controle e monitoramento, tudo em respeito aos princípios da Eficiência, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Publicidade.

Este documento apresenta o **Relatório de Gestão 2019 da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA)**, a partir da análise do último ano de execução do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Considera dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (Sigplan), em cruzamento com o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem), e alcança as fontes 101¹, 140 e 340, do orçamento público do Estado do Pará.

O Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 se propôs a aperfeiçoar o processo de tomada de decisões no Executivo estadual e considerou a regionalização e a integração elementos de descentralização vitais para o desenvolvimento do Estado. Nesse contexto, a PGE/PA foi inserida nas dimensões estratégica, territorial e político-institucional, e assumiu compromissos relacionados a uma governança orientada a resultados, regionalizada e baseada na eficiência da gestão.

Para exercer sua missão institucional, a PGE/PA dedica-se à defesa dos direitos do Estado do Pará nas esferas judicial e administrativa, mediante atuação contenciosa e consultiva. No contexto do PPA executa dois programas de governo: **Governança para Resultados** e **Manutenção da Gestão**.

Em termos conceituais, governança é a capacidade de estabelecer metas e programas de governo para alcançar objetivos previamente definidos, enquanto gestão equivale à execução de programas de governo em benefício da sociedade. A governança se preocupa com a qualidade do processo decisório e sua efetividade e a gestão garante a execução das decisões superiores. Ambas são garantias de proteção à *res publica*, voltadas ao resguardo do interesse da sociedade.

¹ A fonte 0101 não considera valores com pagamento de encargos, mas apenas executados na gestão do órgão.



1 PPA 2016-2019

1.1 CONTEXTO GERAL

O planejamento estratégico surgiu nos Estados Unidos, na metade dos anos 60, a partir das proposições de Igor Ansoff, apoiado nos estudos do *Stanford Research Institute* e da *McKinsey Consulting*. O conceito inicial evoluiu para aceitar a incerteza como fato e o desafio como meta, incorporando a criatividade e a inovação como ferramentas.

No setor público, o planejamento evoluiu bastante nas últimas décadas, na busca por profissionalização, eficiência e eficácia. Os modernos modelos de gestão pública focam o planejamento estratégico como meio para satisfazer as necessidades do cidadão e oferecer respostas à sociedade. E assim, alcançamos o pleno exercício da cidadania.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estratégico que sistematiza diretrizes, programas, indicadores, objetivos, metas e ações do poder público no período de quatro anos (médio prazo). Seu objetivo é viabilizar a execução, o monitoramento, a avaliação e o controle social de políticas públicas.

O PPA é previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto N°2.829/1998. No Estado do Pará foi instituído pela Lei N°8.335/2015 para o quadriênio 2016-2019, em cumprimento ao artigo 204 da Constituição Estadual. Os macro objetivos assumidos foram: a) redução da pobreza; b) redução da desigualdade social; e c) estímulo ao desenvolvimento sustentável.

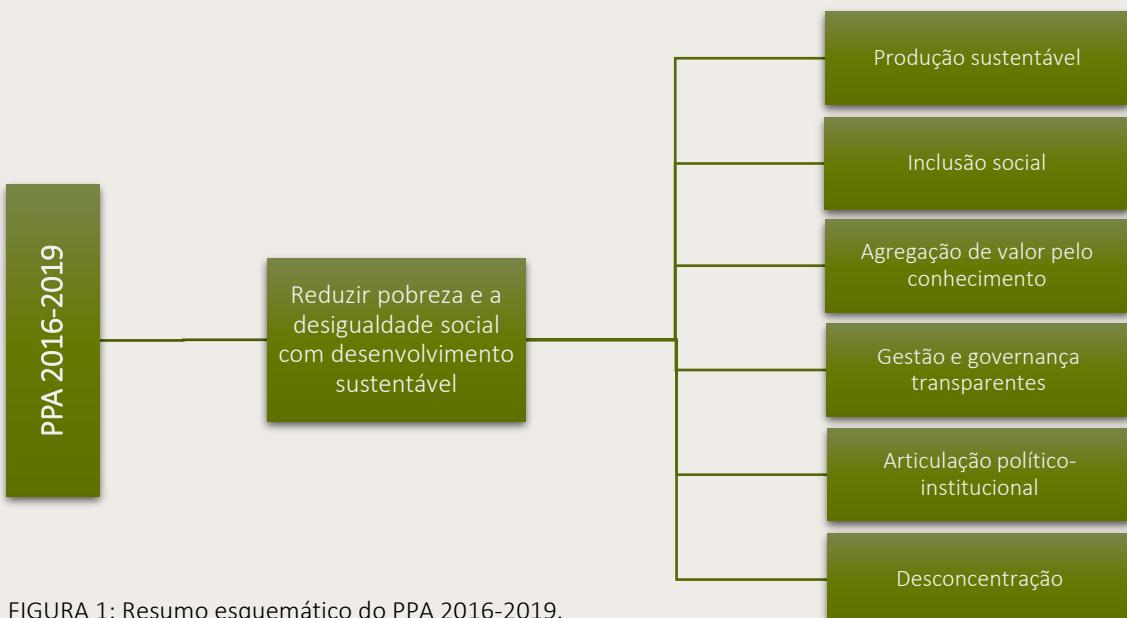


FIGURA 1: Resumo esquemático do PPA 2016-2019.

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento.

A PGE/PA é responsável pela representação judicial e extrajudicial do Estado do Pará e está adstrita às seguintes linhas orçamentárias do PPA: a) Manutenção da gestão; b) Governança para resultados; c) Encargos especiais (que não é objeto deste estudo).



1.2 CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A PGE/PA é uma instituição permanente, de representação judicial e extrajudicial, e de consultoria jurídica do Estado do Pará, que busca garantir o exercício da cidadania e o desenvolvimento da sociedade paraense. A figura adiante permite compreender a atuação da PGE/PA, a partir da esquematização dos seus preceitos essenciais: missão, visão e valores.

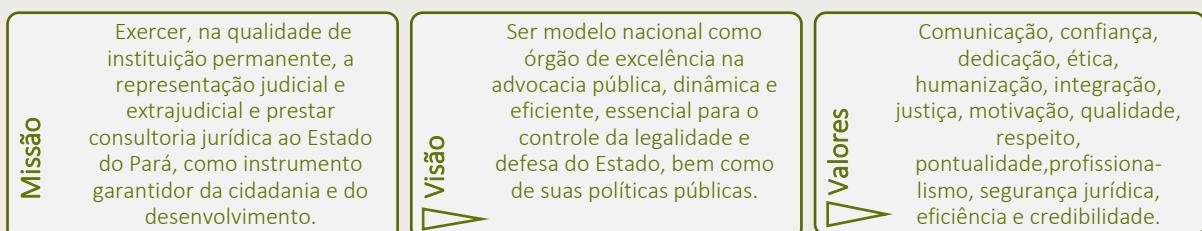


FIGURA 2: Missão, visão e valores da PGE/PA.

Fonte: Carta de Serviços da PGE/PA.

Este relatório analisa o contexto organizacional da PGE/PA e adota o conceito de planejamento como o processo capaz de superar uma situação real (fato) para alcançar uma situação ideal (desejada), e analisa os dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (Sigplan).

A liberdade de escolha no setor público, guiada pela oportunidade e conveniência, e pautada pelo imperativo legal, implica na aceitação de que toda decisão impõe o peso de suas consequências. Em resumo, a cada ano de trabalho, as escolhas do Procurador-Geral permitem superar determinados obstáculos e acarretam determinados resultados.

Em 2019 a PGE/PA enfrentou o aumento significativo da judicialização de causas em face do Estado, o que precisa ser interpretado a partir do contexto de crise econômica e social no país. Nesse ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou a Síntese dos Indicadores Sociais, série história baseada na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), para revelar desigualdades estruturais no Brasil e, sobretudo, na Amazônia.

A pobreza² alcançou 52,5 milhões de brasileiros, dos quais 13,5 milhões se tornaram miseráveis e enfrentaram a extrema pobreza³. Foi nosso pior resultado como nação em sete anos e o Estado do Pará ficou entre os cinco “primeiros” colocados desse ranking perverso. Esse contexto demandou maior intervenção do poder Executivo para realizar a defesa de direitos do Estado e assegurar cidadania e desenvolvimento.

A despeito dessa instabilidade relatada, a PGE/PA manteve-se sólida e coesa no exercício da tutela judicial e extrajudicial de direitos indisponíveis, os direitos do Estado. O órgão assumiu postura conciliadora e pautou sua atuação na prevenção e na economicidade.

² Renda mensal per capita inferior a R\$380, de acordo com o Banco Mundial.

³ Renda mensal per capita inferior a R\$145, de acordo com o Banco Mundial.



FIGURA 3: Estruturação da atuação da PGE/PA em 2019.

Com criatividade e inovação, as estratégias da PGE/PA em 2019 podem ser assim resumidas:

- **Conciliação e Atendimento**
 - Instituição da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem;
 - Pleno Funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);
 - Realização de 2 mil atendimentos e 150 conciliações.
- **Segurança jurídica**
 - Otimização da atuação na Casa Civil;
 - Reforço no Núcleo Consultivo da Administração Direta (NUCAD);
 - Controle jurídico dos órgãos da Administração Indireta.
- **Tecnologia da Informação**
 - Adoção de protocolo digital e integrado;
 - Implantação de novo sistema de gerenciamento processual (SAJ);
 - Avanços na Gestão documental.
- **Procedimentos**
 - Modernização da consultoria jurídica, com padronização de atos;
 - Central de Cadastro para entrada e distribuição de documentos;
 - Mudança legislativa para garantir agilidade na estruturação e atuação dos setores.

A atuação da PGE/PA sobre políticas públicas mereceu especial destaque em 2019. Entre os exemplos, podem ser citados: a discussão dos impactos da migração de venezuelanos para o Estado, a rápida atuação em relação aos responsáveis pelo acidente na ponte sobre o Rio Moju, a propositura de ações em face da União para regularizar fornecimento de medicamentos especializados, a rediscussão das perdas da Lei Kandir, a renegociação da dívida fundada, a regulamentação do Fundo de Combate à Corrupção, a rediscussão da divisa territorial com o Mato Grosso, a execução de acórdãos do TCM e do TCE para resarcimento do erário, a realização de auditorias em Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a atuação em ações relacionadas a grandes projetos e a participação em Ações Civis Públicas (ACPs) sobre temas relevantes.

Em 2019 a PGE/PA inovou e ousou fazer mais e melhor pela sociedade paraense. Como exemplo, instituiu a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Estado do Pará (LC Nº121/2019), que já viabilizou 2.000 atendimentos e 150 conciliações vantajosas para o Estado. Foi o ano em que o foco mudou do litígio para o acordo, da defesa para a prevenção.



2 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2019

A missão da PGE/PA é exercer, de modo permanente, a representação judicial e extrajudicial, e prestar consultoria jurídica ao Estado do Pará, como garantia de cidadania e desenvolvimento. Tal missão está no texto constitucional, que assegura às Procuradorias-Gerais o exercício da representação e da consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal.

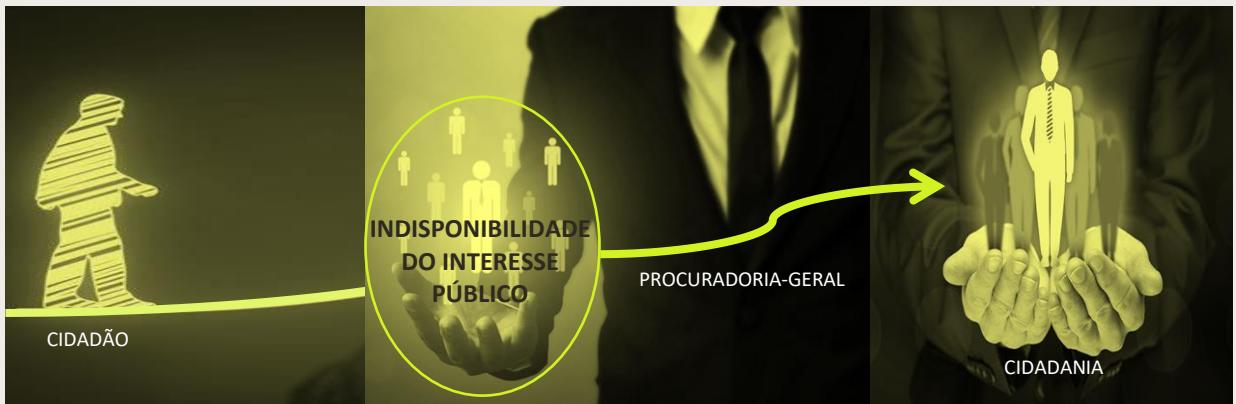


FIGURA 4: Missão da PGE/PA.

Se bem traduzida, a missão da PGE/PA é garantir o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento do Estado do Pará, a partir da defesa de direitos indisponíveis. Para realizar sua missão, a PGE/PA executa dois programas de governo no PPA:

- Governança para Resultados;
- Manutenção da Gestão.

2.1 PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

A PGE/PA está inserida em três objetivos do Programa Governança para Resultados: Fortalecer a Gestão de Pessoas, Fortalecer a Governança e Promover a Integração da Gestão Regionalizada. Cada objetivo realiza ações, que entregam produtos específicos:



FIGURA 5: Programa Governança para Resultados.



Os indicadores do Sigplan recebem três classificações. A Governança para Resultados foi classificada como excelente em relação ao desempenho da PGE/PA no programa.

Figura 6: Classificação da atuação da PGE/PA no Programa Governança para Resultados.



Fonte: SIGPLAN.

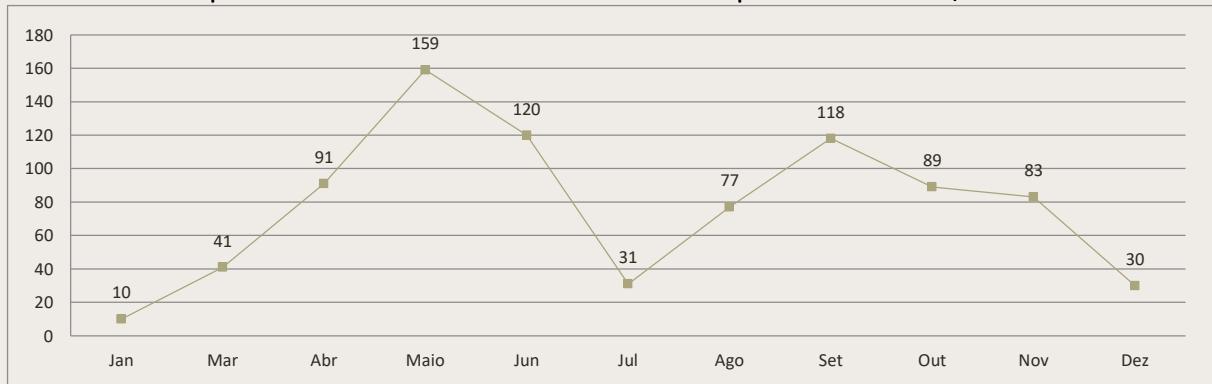
2.1.1 Objetivo Fortalecer a Gestão de Pessoas

A PGE/PA assumiu a meta de capacitar 50 pessoas em 2019, dentro da ação **Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais**. Internamente, o Gabinete lançou a meta de 10 horas de qualificação/ano para os servidores da área meio.

A análise das capacitações realizadas pela PGE/PA em 2019 revela que a meta proposta pelo Procurador-Geral foi majoritariamente assumida pelos servidores da área meio. Considerando que o aperfeiçoamento profissional impacta positivamente a qualidade do trabalho, a perspectiva é que essa ação traga resultados imediatos, mas também a médio e longo prazos.

Os dados alimentados no Sigplan indicam **849 participações em 29 eventos**. Isso representa a capacitação **média de 71 pessoas/mês** com **29 participações por evento**. Os resultados indicam a superação da meta em **1.698%** em 2019.

Gráfico 1: Acompanhamento do desenvolvimento de competências na PGE/PA em 2019.



Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

Sob o ponto de vista orçamentário, o produto Servidor Capacitado foi orçado na fonte 0101 e executado na fonte 0140, totalizando em 2019 o montante de R\$147.420,11 (Cento e Quarenta e Sete Mil, Quatrocentos e Vinte Reais e Onze Centavos) investidos em capacitação para as áreas meio e fim. Importante destacar que o Orçamento-Geral do Estado (OGE), cujos dados são interpretados pelo Sigplan, não considera receitas oriundas de superávit, sendo que anualmente a PGE/PA registra superávit em sua fonte vinculada, o FUNPGE.



Tabela 1: Monitoramento da qualificação em 2019.

PRODUTO	META	REALIZADO	%
Servidor Capacitado	50 R\$200.000,00	849 R\$147.420,11	1.698% 73%

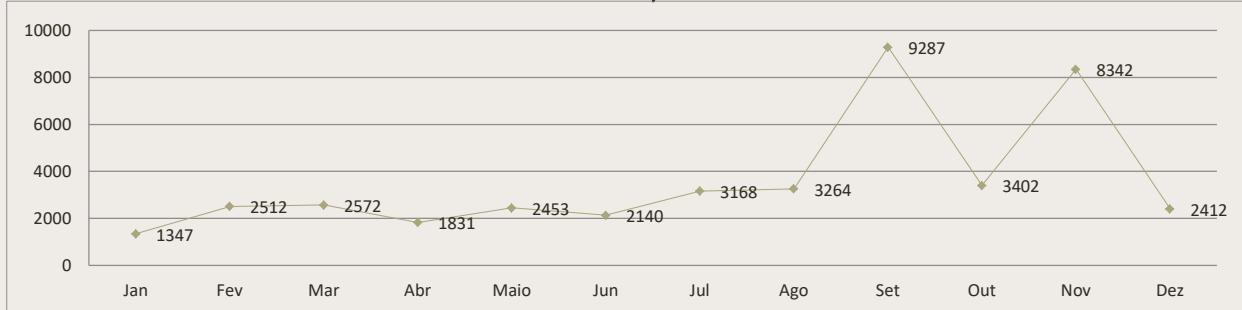
Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

O Núcleo de Planejamento (Nuplan) sugere alteração na metodologia de monitoramento dessa meta, com a abertura de dois campos para a avaliação quantitativa (pessoas capacitadas e eventos realizados). Atualmente os dados não avaliam a meta adequadamente, desconsiderando que o mesmo servidor pode fazer várias capacitações ao longo do ano.

2.1.2 Objetivo Fortalecer a Governança

Para cumprir a missão de **Defesa dos Direitos do Estado**, em 2019 a PGE/PA assumiu a meta de analisar **13.200 processos/ano**, na expectativa de movimentar 1.100 processos/mês. O Sigplan aponta a superação da meta em 324%, com a movimentação de **42.730 processos/ano** e **3.561 processos/mês**.

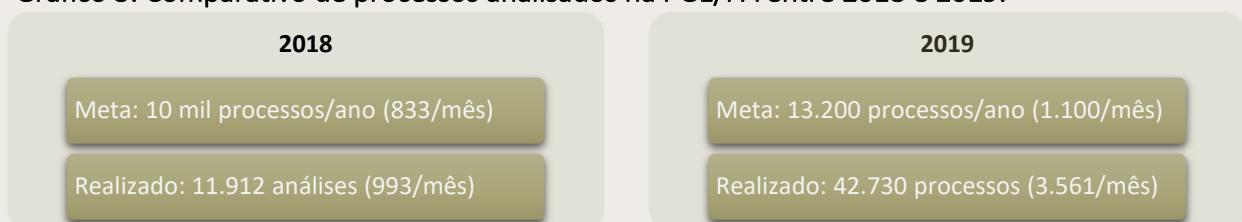
Gráfico 2: Monitoramento da atividade fim da PGE/PA em 2019.



Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

Observa-se que em nenhum mês a PGE/PA realizou o mínimo proposto e houve picos em setembro e novembro. A comparação dos dois últimos anos apresenta o seguinte cenário:

Gráfico 3: Comparativo de processos analisados na PGE/PA entre 2018 e 2019.



Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

O produto dessa ação é **Processo Analisado**, mantido com recursos de três fontes orçamentárias (0140, 0340 e 0101), conforme abaixo demonstrado.



Tabela 2: Execução da missão da PGE/PA em 2019.

PRODUTO	META	REALIZADO	%
	13.200	42.730	324%
Processo Analisado	R\$ R\$6.615.515,00	R\$6.615.515,00	100%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

Alguns temas que merecem destaque na atuação da PGE/PA em 2019:

- Refugiados;
- Indenizações;
- Desapropriação;
- Bloqueios judiciais;
- Concurso público;
- Educação indígena;
- Precatórios e RPVs;
- Perdas da Lei Kandir;
- Fornecimento de medicamento;
- Renegociação de dívida fundada;
- Câmara de Mediação do Estado;
- Fundo de Combate a Corrupção;
- Divisa do Pará com Mato Grosso;
- Classificação de riscos com o BNDES;
- Candidatos transgêneros em concursos;
- Acórdãos do TCM e do TCE para recuperar valores e ressarcir o erário;
- Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos;
- Grandes projetos (Onça Puma, Mineração Belo Sun, Jari Celulose, Carajás etc.).

2.1.3 Objetivo Promover a Integração da Gestão Regionalizada

Nesse objetivo a PGE/PA se comprometeu com:

- Construção/Conservação de Imóveis;
- Publicação de Atos;
- Gestão de Tecnologia.

Tabela 3: Monitoramento da integração da gestão em 2019.

PRODUTO	META	REALIZADO	META FINANCEIRA	REALIZADO	%
Obra realizada	2	0	R\$1.478.875,00	R\$0,00	0%
Tecnologia da Informação	3	15	R\$30.000,00	R\$572.379,99	1.908%
Publicação de Atos	234	948	R\$40.000,00	R\$50.095,09	125%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

A primeira ação, **Construção e Conservação de Imóveis**, não apresentou resultados em função de mudança de estratégia, dentro da margem de conveniência e oportunidade. Os recursos previstos para construir imóvel em Marabá e reformar sede em Belém foram remanejados para adquirir licença de uso do software SAJ, da empresa SoftPlan.



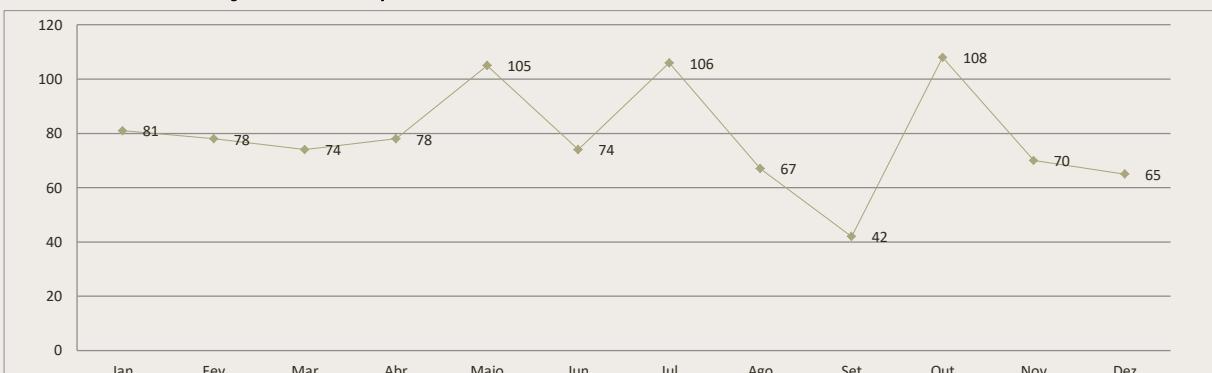
O início da implantação da Inteligência artificial representa um marco na atuação da PGE/PA, com aceleração da movimentação e do acompanhamento processual, em interligação direta com o Tribunal de Justiça do Estado. Para esse fim, a ação Tecnologia da Informação foi suplementada em R\$ 585.000 e a Regional de Marabá foi abrigada no Centro Regional de Governo de Marabá, sem custos.

A ação **Tecnologia da Informação** registrou média de 15 serviços/mês. Em dezembro de 2019 estavam ativos 16 contratos:

Belém: 11 serviços	Santarém: 2 serviços	Marabá: 3 serviços
<ul style="list-style-type: none">• Prodepa: hospedagem de servidor/revista /site, internet 100Mbps, IP, sistemas globais, link de dados 100Mbp, e Digitalização;• Soluti: Certificação Digital;• Netsafe: Antivírus;• Softplan: SAJ.	Prodepa: internet 2Mbs e rede de dados.	Prodepa: internet 10Mbs, link de dados 10Mbps e ativação de link

Na ação **Edição e Publicação de Atos**, o órgão editou e publicou 948 atos no Diário Oficial do Estado, com média de 79 atos por mês (editais, portarias, resoluções, atos de licitação etc).

Gráfico 4: Publicação de atos pela PGE/PA em 2019.



Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

O orçamento inicial requereu ajustes e contrato com a Imprensa Oficial foi aditado devido à implementação da Política de Gestão Documental, que elevou o mencionado contrato de R\$40.000,00 para R\$50.095,09 (Cinquenta Mil, Noventa e Cinco Reais e Nove Centavos). Embora tenha demandado a publicação de atos acima do previsto (de 234 para 948 – 294%), a medida se manteve orientada à eficiência dos resultados e não representou grande impacto orçamentário (20%) e comprova a eficiência da PGE/PA.



2.2 PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

O segundo programa executado pela PGE/PA é o Manutenção da Gestão. Seu objetivo é viabilizar a gestão administrativa do Estado, que se realiza por ações relacionadas a produtos que devem ser entregues à sociedade.

A gestão pública é pautada pelos princípios da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado e da Indisponibilidade do Interesse Público. O primeiro dispõe que os interesses da coletividade são mais importantes que os interesses individuais, enquanto o segundo enuncia que os agentes públicos não são donos do interesse que representam e devem pautar suas ações pela lei. Desses dois princípios derivam todos os demais que regem a gestão pública.

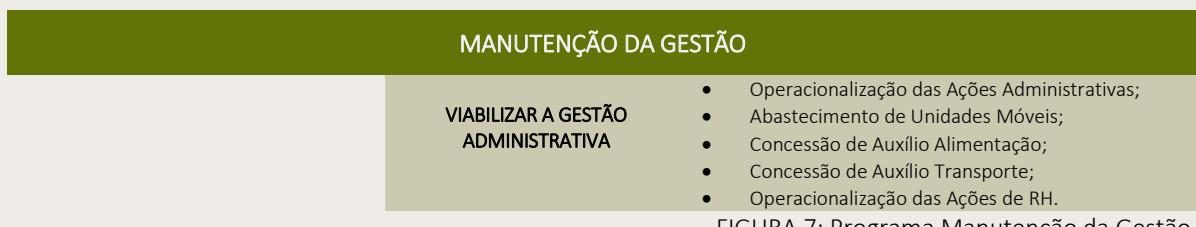


FIGURA 7: Programa Manutenção da Gestão.

A Manutenção da Gestão foi classificada pelo Sigplan com sinal verde em todas as ações e metas assumidas pela PGE/PA.

Figura 8: Classificação da atuação da PGE/PA no Programa Manutenção da Gestão.



Fonte: SIGPLAN.

Tabela 4: Monitoramento da Manutenção da Gestão em 2019.

AÇÃO	PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Gestão Administrativa	Contrato Mantido	21	44	R\$2.367.714,00	R\$1.855.397,89	78%
Abastecimento	Unidade Abastecida	13	10	R\$135.000,00	R\$86.506,68	64%
Recursos Humanos	Servidor Remunerado	420	435	R\$77.010.033,00	R\$63.880.438,22	83%
Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	390	334	R\$2.220.704,00	R\$2.305.997,44	104%
Auxílio transporte	Servidor Beneficiado	162	232	R\$287.123,00	R\$295.001,80	103%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.



2.2.1 Objetivo Gestão Administrativa

A PGE/PA assumiu a meta de manter 21 contratos/mês e manteve a média mensal de 44 contratos, excluídos os contratos de tecnologia da informação, contabilizados em ação própria.

A seguir, o resumo estruturado dessa ação.

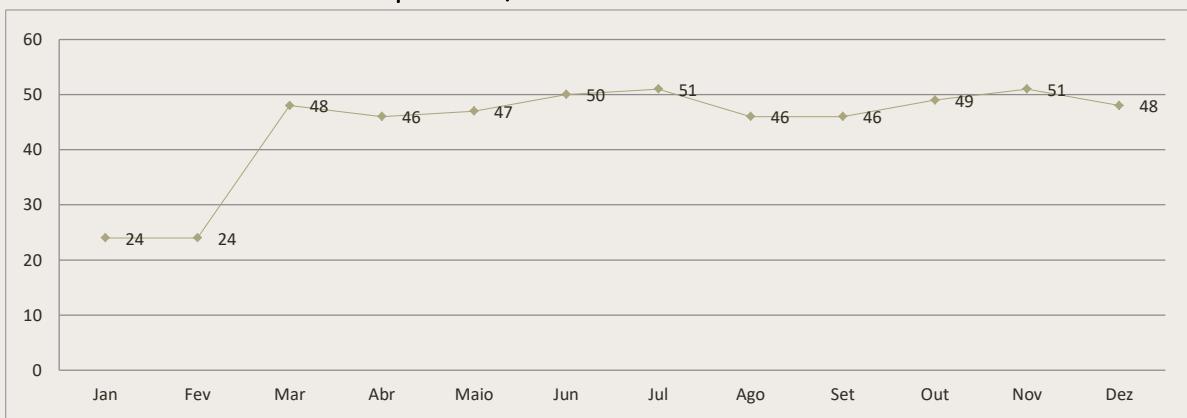
Tabela 5: Monitoramento da Gestão Administrativa em 2019.

PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Contrato Mantido	21	44	R\$2.367.714,00	R\$1.855.397,89	78%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

A distribuição mensal dos contratos pode ser apresentada da seguinte forma:

Gráfico 5: Contratos mantidos pela PGE/PA em 2019.



Fonte: SIGPLAN.

Embora o quantitativo inicial de contratos tenha sido superado, em termos orçamentários não houve impacto. Ao contrário, mais uma vez, a eficiência na gestão redundou em economia. Do total orçado, R\$2.367.714,00 (Dois Milhões, Trezentos e Sessenta e Sete Mil e Setecentos e Quatorze Reais), o órgão executou R\$1.855.397,89 (Um Milhão, Oitocentos e Cinquenta e Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Nove Centavos). Isso representa economia de 22% do valor orçado, que foi adequadamente remanejado para garantir reforço na ação Tecnologia da Informação.

Tabela 6: Detalhamento de Pregões Eletrônicos realizados em 2019.

NATUREZA	OBJETO	EDITAL	PUBLICAÇÃO	CERTAME	VALOR ESTIMADO (R\$)	CNPJ VENCEDOR	NOME VENCEDOR	CONTRATO	VALOR CONTRATADO
Serviço de Terceiro	Serviço de manutenção e atualização de versão de software de ponto eletrônico	01/2019	27/03/2019	09/04/2019	8.238,38		FRACASSADO		
Material de Consumo	Material Gráfico (capa de processo)	02/2019	15/04/2019	29/04/2019	16.410,00	24084386/0001-25	Gráfica e Editora Liceu Ltda	07/2019	7.320,00
Material de Consumo	Água Mineral	03/2019	22/04/19	03/05/2019	3.295,00		FRACASSADO		
Serviço de Terceiro	Locação de Impressoras	04/2019	09/05/2019	21/05/2019	311.800,00		ANULADO		
Material de Consumo	Água Mineral	05/2019	10/05/2019	22/05/2019	3.295,00	28809866/0001-87	Mergulhão e Nogueira Distribuidora Ltda	11/2019	3.135,00
Serviço de Terceiro	Serviço de manutenção e atualização de versão do software de ponto eletrônico	06/2019	24/06/19	04/07/19	9.101,33	26499705/0001-99	ART Barroso Comércio e Soluções em Informática Eireli	15/2019	8.266,00
Material Permanente	Aquisição Scanners	07/2019					SUSPENSO		
Material de Consumo	Aquisição Tonners	08/2019	12/07/2019	27/07/2019	54.754,22		CANCELADO		
Material de Consumo	Aquisição Token	09/2019	27/09/2019	10/10/2019	15.502,00	11735236/0001-92	Objectti Soluções Ltda	19/2019	15.480,0
Serviço de Terceiro	Locação Veículo Brasília	10/2019	13/08/19	26/08/19	21.446,68	15422901/0001-49	GNF Locação de Veículos Eireli	16/2019	21.105,00
Material de Consumo	Aquisição Tonner	11/2019	24/09/19	04/10/19	55.959,71	20718429/0001-26 32674351/0001-74	JR Comércio de Artigos de Escritório Eireli 3S Informática Eireli	22/2019 23/2019	10.000,00 24.291,48
Serviço de Terceiro	Locação de Impressoras	12/2019	25/09/2019	07/10/2019	299.839,92	05352726/0001-07	Systemscopy Ltda	21/2019	230.959,20

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos.



Tabela 7: Detalhamento das Dispensas e Inexigibilidades realizadas em 2019.

DISPENSA / INEXIGIBILIDADE	NATUREZA	OBJETO	PUBLICAÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	CNPJ/CPF VENCEDOR	NOME VENCEDOR	CONTRATO	VALOR CONTRATADO
01/2019	Serviço de Terceiro	Realização do Curso Teoria e Prática da Pesquisa de Jurisprudência.	11/04/2019	1.000,00	948.760.102-34	Brahim Bitar de Sousa	001/2019	1.000,00
02/2019	Serviço de Terceiro	Contratação de 2 vagas no curso de processo tributário analítico, com carga horária de 62h.	11/04/2019	5.600,00	63.104.475/0001-48	Instituto Brasileiro de Estudos Tributários	02/2019	5.600,00
03/2019	Serviço de Terceiro	Curso Funcionamento das Câmaras Administrativas	20/05/2019	2.000,00	035.583.669-65	Elisa Berton Eidt	08/2019	2.000,00
04/2019	Contrato de TI	Manutenção Sistema SAJ	18/10/2019	2.692.850,8 6	82.845.322/0001-04	Softplan planejamento e sistemas Ltda	26/2019	2.692.850,8 6
05/2019	Serviço de Terceiro	Curso Dinâmica dos Precedentes e Pesquisa de Jurisprudência		1.000,00	948.760.102-34	Brahim Bitar de Sousa	20/2019	1.000,00
06/2019	Serviço de Terceiro	Aquisição de Vale Transporte Digital para Estágio obrigatório	18/11/2019	19.008,00	04.750.006/0001-37	Setransbel – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém	25/2019	19.008,00
01/2019	Serviço de Terceiro	Serviço de impressão de fotografia com moldura para compor acervo de arte da PGE	15/04/2019	522,12	01.219.642/0001-49	MM Alvarenga Com e Serviços Ltda	03/2019	522,12
02/2019	Serviço de Terceiro	Recarga de Extintores	07/07/2019	3.024,90	25.089.951/0001-00	Mais Gás Indústria de Gases Ltda	12/2019	3.024,90
03/2019	Serviço de Terceiro	Publicação de Atos Administrativos	15/07/2019	60.000,00	04.835.476/0001-01	Imprensa Oficial Do Estado – IEOpA	14/2019	60.000,00
04/2019	Contrato de TI	Fornecimento de Internet e link de dados, 5mbps para a Regional de Santarém	27/09/2019	15.152,76	05.059.613/0001-18	Empresa da Tecnologia da informação do Estado do Pará – Prodepa	18/2019	15.152,76
05/2019	Material Permanente	Aquisição Motocicleta CG160	01/11/2019	13.000,00	84.189.950/0001-04	Mônaco Motocenter Comercial Ltda	24/2019	13.000,00

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos.

2.2.2 Objetivo Abastecimento de Unidades Móveis

A cota inicial para abastecer a frota foi de 13 unidades (veículos, moto, gerador), mas o órgão manteve a média de abastecimento em 10 unidades, e realizou manutenções programadas nas demais unidades.

A medida trouxe economia de R\$48.493,32 (Quarenta e Oito Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Dois Centavos), o que equivale a 36%, e garantiu o funcionamento da frota em condições de atender às demandas do órgão.

Tabela 8: Monitoramento do Abastecimento em 2019.

PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Unidade Abastecida	13	10	R\$135.000,00	R\$86.506,68	64%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

2.2.3 Objetivo Recursos Humanos

Em 2019 uma média de 435 pessoas foram remuneradas na folha da PGE/PA. Para cálculo de dispêndio com recursos humanos, o Sigplan considera o quadro de pessoal, os membros do Conselho Superior e da Corregedoria e os estagiários que recebem bolsa estudantil.

A distribuição de pessoal da PGE/PA por região de integração do PPA é a seguinte:

- Belém: 403 pessoas (sendo 70 estagiários);
- Santarém: 12 pessoas (sendo 2 estagiários);
- Marabá: 11 pessoas (sendo 3 estagiários);
- Brasília: 9 pessoas.

A distribuição da lotação por região de integração (Guajará, Baixo Amazonas e Carajás), desconsiderados os estagiários e agregando o pessoal de Brasília a Belém revela que 94% do pessoal está concentrado na zona metropolitana da capital paraense.



FIGURA 9: Distribuição de pessoal por região de integração, desconsiderados os estagiários.



O produto avaliado pelo Sigplan deveria ser ajustado para “pessoa remunerada” em substituição a “servidor remunerado”, pois os estagiários não são servidores no sentido estrito do termo e a remuneração adicional recebida pelos membros do Conselho Superior e da Corregedoria não correspondem a mais servidores.

Tabela 9: Monitoramento de Recursos Humanos em 2019.

PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Servidor Remunerado	420	435	R\$77.010.033,00	R\$63.880.438,22	83%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

Em termos financeiros, do total previsto inicialmente no OGE, foram executados 83% (R\$63.880.438,22). Embora o órgão tenha remunerado mais pessoas do que se propôs (420 – 435), não houve aumento de despesas, mas economia de 17% dos recursos dotados para essa rubrica. Novamente, resta clara a comprovação de eficiência e eficácia da PGE/PA.

2.2.4 Objetivo Auxílio Alimentação

Em 2019, a rubrica necessitou de suplementação (R\$85.293,44), compensada pela economia de recursos nas rubricas dedicadas à celebração de contratos e remuneração de servidor.

Tabela 10: Monitoramento do Pagamento de Auxílio Alimentação em 2019.

PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Servidor Beneficiado	390	334	R\$2.220.704,00	R\$2.305.997,44	104%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.

2.2.5 Objetivo Auxílio Transporte

Em 2019, o auxílio transporte foi suplementado em R\$7.878,80, compensado pela economia de recursos nas rubricas dedicadas à celebração de contratos e remuneração de servidor.

Tabela 11: Monitoramento do Pagamento de Auxílio Transporte em 2019.

PRODUTO	META	MÉDIA REALIZADA	META FINANCEIRA	R\$ REALIZADO	%
Servidor Beneficiado	162	232	R\$287.123,00	R\$295.001,80	103%

Fonte: SIGPLAN, NUPLAN/PGE.



3 ESBOÇO DAS METAS 2020

O Gabinete do Procurador-Geral já discutiu com as chefias do órgão os projetos e iniciativas que pretende desenvolver em 2020, que podem ser assim resumidos:

- **Conciliação e Atendimento**
 - Pleno Funcionamento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);
 - Ampliação de atendimentos e de conciliações.
- **Segurança jurídica**
 - Criação da Procuradoria do Contencioso da Administração Indireta (PCAI);
 - Criação da Procuradoria de Demandas de Massas (PDM);
 - Expansão do NUCAD (Casa Civil, SECOM, SEASTER e SECTET).
- **Tecnologia da Informação**
 - Expansão da Central de Cadastro (Marabá, Santarém, NUCAD e PCAI);
 - PGE 100% digital nas áreas fim (SAJ) e meio (PAE);
 - Avanço na Política de Gestão Documental.
- **Procedimentos internos**
 - Elaboração do Regimento Interno.
- **Recursos Humanos**
 - Concurso para área meio;
 - Revisão da Lei da área-meio;
 - Meta de qualificação para a área-meio;
 - Criação da Gratificação de Desempenho para Procuradores.
- **Ensino e expansão**
 - Projeto de Ensino do Direito Público Estadual;
 - Aprimoramento do programa de estágio (concurso e novos convênios);
 - Criação, regulamentação e implementação do programa de residência jurídica.
- **Obra**
 - Reforma do estacionamento, calçada e copa (sede Belém).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento estratégico é uma das ferramentas mais importantes para a gestão das organizações por direcionar esforços aos objetivos e metas assumidos. Entretanto, mais importante do que estruturar o planejamento estratégico é colocá-lo em prática. Então, é importante envolver todas as equipes, garantir apropriação do plano traçado, e assegurar a decomposição dos seus elementos, funções e limites.

A análise global das despesas orçamentárias da PGE/PA em 2019 indica gestão eficiente e eficaz, pelo alcance das metas institucionais propostas no PPA-2016/2019. Nas ações em que as metas físicas foram ultrapassadas em termos quantitativos, não houve repercussão ou impacto significativo no aumento de despesas. Ao contrário, o órgão adotou uma postura preventiva e implementou soluções ágeis para o remanejamento de recursos e ajuste orçamentário.

Em resumo, em 2019 a PGE/PA realizou a satisfatória alocação de recursos e garantiu, com eficiência e eficácia, a defesa dos direitos do Estado do Pará. Com isso, comprova sua contribuição para garantir cidadania e desenvolvimento ao Estado.

Possíveis recomendações para aprimorar a gestão e a governança da PGE/PA:

1. O Decreto Nº 01/2019 deve continuar sendo cumprido à risca;
2. A cada renovação de vigência, a negociação dos contratos pode buscar redução global;
3. A estimativa de despesas em dezembro deve ser mantida para evitar inscrição em DEA;
4. Os atos devem ser publicados no Diário Oficial apenas por seus extratos;
5. As erratas e as republicações de atos no Diário Oficial devem continuar sendo evitadas.
6. Os afastamentos de pessoal devem continuar sendo reunidos em portaria única;
7. O consumo consciente de energia elétrica pode ser objeto de campanha interna;
8. Todos devem ser orientados a realizar gestão por competência, com capacitação contínua.